

**PROJETO: REDUÇÃO DA INFORMALIDADE DE
MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS POR MEIO
DO DIÁLOGO SOCIAL**

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO –
OFICINA DO PILOTO SETOR RURAL EM ITUPORANGA/SC-
AGRICULTURA FAMILIAR

Convênio ATN/ME – 11684-BR

Outubro de 2010

DIIESE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	3
DESCRIÇÃO DA OFICINA	3
RELAÇÃO DOS PARTICIPANTES	3
ABERTURA	6
MAPEAMENTO DAS EXPECTATIVAS	8
PLANO DE AÇÃO/AGENDA	10
ENCAMINHAMENTOS E ENCERRAMENTO	10
ANEXOS	12
FOTOS DA OFICINA	

APRESENTAÇÃO

O presente relatório apresenta os registros da I Oficina do Piloto Setor Rural para a agricultura familiar, realizada no município de Ituporanga/SC no dia 14 de outubro de 2010, que contou com a participação de integrantes do Comitê Técnico-Executivo: DIEESE; Ministério da Previdência Social – MPS; Ministério do Trabalho e Emprego – MTE; ANFIP e CONTAG, além de representantes locais, entre eles, trabalhadores, governos, entidades sindicais e produtores familiares.

O objetivo da oficina foi apresentar o Projeto *Redução da Informalidade por meio do Diálogo Social* aos representantes locais e realizar de forma participativa um levantamento das principais necessidades e ações para o enfrentamento da informalidade no setor rural, especificamente sobre a regularização do contrato por curta duração.

DESCRIÇÃO DO EVENTO/REUNIÕES

Tipo de Atividade: Oficina

- Local: Clasen Park Hotel- Ituporanga/SC
- Data: **14 de outubro de 2010**

RELAÇÃO DOS PARTICIPANTES

NOME	INSTITUIÇÃO
Manoel Eugênio G. de Oliveira	Ministério do Trabalho e Emprego - MTE
José Alvaro de L. Cardoso	DIEESE
Joaozinho Althoff	FETAESC
Luismar Ribeiro Pinto	CONTAG
Evandro José Morello	CONTAG
Marta Maria Guerra	FETAESC

Maria Gorete Natal Milak	SRT de Criciúma/SC
Hercelio Jair De Stefani	SRT de Içara/SC
Salette T. Delfino	SRT de Ubirici/SC
Eduardo de Borba Machado	SRT de Ubirici/SC
Elizete de S. Silva Gonzaga	SRT de Tijucas/SC
José Gilson Garcia	SRT de Antônio Carlos/SC
Bruno José de Sousa	FETAESC
Claudia R.A Witte	SITRULA- Laurentino/SC
Ademir Rosa da Silva	SITRULA- Laurentino/SC
Débora C. Althoff	FETAESC
Ágata Mari Ramos	FETAESC
Antônio N. Neto	OAB/SC
Volmir Borssatto	Prefeitura de Ituporanga/SC
Antônio Miozzo	FETAG/PR
Carlos Buck	FETAG/PR
Liro Correa de Almeida	FETAG/PR
Aristeu Elias Ribeiro	FETAG/PR
Nelson Wild	FETAG/RS
Elaine Terezinha Dillemburg	FETAG/RS
Eloy Santos Leon	FETAG/RS
Milton Brasil	FETAG/RS
Nilton Goedert	Sindicato Rural/SC
Paulo Hinteman	Sindicato Rural/SC
José Marcio Barreto V. Brandão	SRTE/SC

Lílian Carlota Rezende	SRTE/SC
Milton Preseziniuk	FETAG/PR
Luciana Polizeli	FETAEP
Angela M. de Commo	FETAEP
Luiz Carlos Dartora	Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil- CTB/SC
Luiz Peliciol	STR/SC
José Aduino Filgueiras	Ministério da Previdência Social - MPS
Hilário Gottselig	FETAESC
Wanderley José Dombroski	Prefeitura de Canoinhas/SC
Silvio Carlos Medeiros	STR/SC
Fernanda Cubos	STR de Canoinhas/SC
Ivete G. Padilha dos Anjos	STR de Canoinhas/SC
Renato Mattar Cepeda	STR de Canoinhas/SC
Edmar Gonçalves Padilha	STR de Canoinhas/SC
Lucio Stolf	SRT de Massaranduba/SC
Vilson Steinheser	Secretaria da Agricultura de Ituporanga/SC
Evaldo Erhoredt	Prefeitura Ituporanga/SC
Adriano da Cunha	STR de Imbuia/SC
Dirceu Schmidt	STR de Imbuia/SC
Pedro Mocioc	STR de Aurora/SC
José Valdir Loffi	STR de Petrolândia/SC
Andrea Schmitz Fuck	STR de Ituporanga/SC
Ednéia Bilk	STR de Chapadão Lageado/SC

Paulinho Pereira da Rosa	STR de Bom Retiro/SC
Glória Grah Bilk	STR de Chapadão Lageado/SC
José Brandão Inácio	Prefeitura Ituporanga/SC
Celso Eiller	STR de Vidal Ramos/SC
Orlicarios Paul	Prefeitura de Chapadão Lageado/SC
Dafirmo Mafra	Associação dos Procuradores do Estado de Santa Catarina - APROESC
Cleomar da Silva	SoftArt
Arthur Passold	SoftArt
Jone Carlos Schotten	SoftArt
Sebastião Rosa	STR de Ituporanga/SC
Rosane Maia	DIEESE
Júnior Dias	DIEESE
Stênia Cássia	DIEESE

Dia 14.10 - ABERTURA

Manhã

A abertura da Oficina foi realizada pela Coordenadora - Geral do Projeto, Rosane Maia (DIEESE), que saudou os participantes e convidou para compor a mesa de abertura os representantes: Hilário Gottselig, Presidente da FETAESC; Antônio Lucas, Secretário de Assalariados e Assalariadas da CONTAG; Nelson Wild, representante da FETAG/RS e Aristeu Elias, representante da FETAEP/PR, que agradeceram a oportunidade de participação na oficina para conhecimento do Projeto *Redução da Informalidade por meio do Diálogo Social* e expuseram a preocupação de suas respectivas instituições com a situação do trabalhador rural e os desafios enfrentados para garantir a esses trabalhadores os direitos trabalhistas e previdenciários.

Mencionaram que o projeto – piloto em Ituporanga/SC é uma oportunidade de buscar novas alternativas para a formalização, bem como viabilizar a simplificação do processo de contratação por curta duração, em função da aplicação da Lei 11718/2008. Destacaram a necessidade de conhecimento por parte dos órgãos governamentais quanto à realidade do agricultor familiar para facilitar o processo de formalização no meio rural. Enfatizaram, ainda, a importância do envolvimento e do empenho das instituições para propiciarem a criação de um espaço de diálogo social visando o enfrentamento dos problemas.

Após a rodada de apresentação de todos os integrantes da oficina, o representante da ANFIP, Floriano Martins destacou que o projeto Redução da Informalidade por meio do Diálogo Social poderá alertar a sociedade quanto aos temas: cidadania, proteção social e saúde do trabalhador. José Aduato, representante do Ministério da Previdência Social - MPS mencionou o interesse presente na região pela aplicação da Lei 11718 que trouxe significativos avanços e garantias para o trabalhador e segurança para a pessoa física contratante, considerando os valores de ética e cidadania no interesse em formalizar os seus trabalhadores.

O representante do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, Manoel Eugênio, comentou a sua integração no Comitê Técnico-Executivo do projeto pelo interesse do tema informalidade e busca pela legalidade. Destacou a importância da proposta voltada ao exercício de diálogo social entre as instituições para buscar formas e alternativas de regularização do trabalhador informal.

Em seguida a Coordenadora apresentou aos participantes os objetivos do projeto, as parcerias firmadas com as demais instituições nacionais, os pilotos selecionados e as metas a serem alcançadas no período de execução.

Após, os técnicos do DIEESE, José Álvaro (Supervisor do Escritório do DIEESE em Santa Catarina) e Junior Dias (Assessor na Subseção do DIEESE na CONTAG) apresentaram aos participantes indicadores da economia e do mercado de trabalho no estado de Santa Catarina e do município de Ituporanga/SC e região com dados elaborados pelo IBGE, SEBRAE/SC e Ministério do Trabalho e Emprego- MTE. Informaram que, de acordo com os dados da PNAD, 61% dos trabalhadores do setor

agrícola não são contribuintes da previdência social. Os participantes destacaram a necessidade de análise e discussão sobre os dados apresentados, bem como a conceituação de trabalho formal e informal para as políticas públicas.

Dando continuidade à programação da oficina, os participantes se reuniram em pequenos grupos e discutiram acerca das expectativas e das principais prioridades para o piloto setor rural em Iturporanga/SC, conforme quadro a seguir:

EXPECTATIVAS DOS ATORES SOCIAIS ACERCA DO PILOTO SETOR RURAL EM ITUPORANGA/SC:

- Controle, monitoramento e fiscalização
- Maior cooperação de pessoas e instituições na troca de informações para a redução da informalidade
- Definição do empregado com carteira e do agricultor familiar
- Acompanhamento e fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego
- Solução para contratação
- Conhecimento da realidade por parte das instituições governamentais do dia a dia das propriedades rurais
- Trabalho de natureza temporária e permanente na agricultura familiar
- Agricultura familiar excluída
- Redução da informalidade
- Em que lugar fica a agricultura com duas arrecadações à previdência?
- Reconhecimento da Previdência e do MTE desta legalização.
- Concretização e aplicação efetiva do contrato de curta duração
- O debate deve se limitar a aplicação da Lei 11718 visando eliminar a informalidade no meio rural.
- Entendimento dos órgãos nacionais
- Ampliação do prazo de contratação temporária de 120 dias ano para 240 dias ano
- Inclusão
- Flexibilização da Lei
- Segurança nas atividades

- Integração dos órgãos governamentais
- Conscientização
- Monitoramento do MSTR para a implementação da LEI 11718
- Integração
- Relativização
- Bloco de nota diferenciado para o empregado
- Simplificação do processo
- Qualificação Profissional
- Flexibilizar a legislação
- Formação de cooperativa de emprego para a agricultura familiar
- Definição da forma de contribuição nos contratos de curta duração
- Autônomo Rural
- Fiscalização do Ministério do Trabalho na agricultura
- Sonegação fiscal

Sobre as expectativas mencionadas, a Auditora Fiscal da SRTE/SC, Lílian Rezende, informou a necessidade de elaboração de um programa de computador que efetue o contrato de forma simplificada e que os representantes sindicais pautem em suas convenções coletivas que esse tipo de contrato deverá ser realizado no próprio sindicato.

Joãozinho Althoff, representante da FETAESC, comentou que o êxito do piloto em Ituporanga/SC dependerá da participação de todas as instituições envolvidas para que a responsabilidade de implantação do programa para contratação por curta duração não recaia somente sobre o movimento sindical. Rosane destacou que os problemas apresentados foram registrados e serão discutidos no decorrer da execução do projeto no piloto de Ituporanga/SC e no seminário de integração a ser realizado em novembro, em Brasília. Informou que a programação para a segunda parte da oficina norteará a problemática rural e os desafios da Lei 11718/2008, bem como a apresentação do modelo de contratação desenvolvido pela empresa SoftArt.

Tarde 14.10

A segunda parte da oficina foi iniciada pelos representantes da CONTAG, Luismar Ribeiro e Evandro Morello que apresentaram o processo de negociação capitaneado pela CONTAG que redundou na aprovação da Lei 11718/2008 pelo Congresso Nacional e os efeitos dessa legislação sobre a seguridade social. Ademais, destacaram a necessidade de conscientização e educação sobre os riscos do trabalho informal. Sobre o assunto, os participantes sugeriram a elaboração e distribuição de uma cartilha com orientações para o produtor rural sobre as formas de contratação. Aduato informou que o Ministério da Previdência Social dispõe de cartilha com orientações ao trabalhador da área rural, especificamente sobre os benefícios previdenciários, e que poderia ser adaptada de forma mais aprofundada, em decorrência das questões trazidas pelo piloto em Ituporanga/SC.

Após, a empresa de software SoftArt, apresentou aos participantes o programa de computador desenvolvido especialmente para calcular a rescisão de contratos de trabalho por curta duração em conformidade com a Lei. 11718/2008. Joãozinho explicou o desenvolvimento do sistema e o modelo de contrato com base nos cálculos levantados pela FETAESC e destacou as dificuldades a serem superadas, mediante o devido encaminhamento para os órgãos competentes para procederem a adequação e aperfeiçoamento do programa.

Após as considerações do Presidente da FETAESC Hilário Gottselig acerca da importância de se refletir conjuntamente sobre os problemas enfrentados na região e da oportunidade de se integrar ao movimento nacional de enfrentamento da informalidade, passou-se a um amplo debate sobre a situação a ser superada e as possibilidades de mobilização local para constituir um novo piloto no âmbito do Projeto “Redução da Informalidade por meio do Diálogo Social”. Em decorrência, a plenária deliberou favoravelmente ao seguinte Plano de Ação, considerando inclusive uma agenda de curto prazo:

1º PASSO – IMPLEMENTAÇÃO

- Apresentação de uma nova versão do modelo de contratação informatizado, com as adequações sugeridas pelos participantes da oficina. (Prazo de 10 dias)
- Reunião com sindicatos em Ituporanga/SC, no dia 27 e 28 de outubro, para treinamento sobre o preenchimento da GFIP no programa desenvolvido para contratação por curta duração
- Assembléia, no dia 28/10, para orientar os trabalhadores e agricultores familiares quanto aos procedimentos dessa modalidade de contratação
- Disponibilização do modelo de contratação
- Elaboração de roteiro explicativo para material destinado à divulgação da Lei 11718/2008 - DIEESE e FETAESC

2º PASSO – DIVULGAÇÃO

- Participação dos Atores Sociais no Seminário de Integração dos Pilotos em novembro, Brasília-DF.
- Elaboração de cartilha com registro da experiência no piloto. Responsabilidade: DIEESE, FETAESC, MTE, MPS e CONTAG;
- Elaboração de dois “panfletos” de esclarecimento para o produtor e para o assalariado.

ENCAMINHAMENTOS E ENCERRAMENTO

A Coordenadora do projeto informou que, as demandas levantadas na oficina (vale dizer, as necessidades para a formalização no respectivo piloto) serão divulgadas no seminário de integração dos pilotos, agendado para os dias 24 e 25 de novembro de 2010, em Brasília, e que o projeto custeará a participação de representantes locais. Comentou ainda que os participantes da oficina integrarão a rede do projeto e receber periodicamente informações sobre a execução do Projeto pela Coordenação Geral, a

exemplo do boletim eletrônico e dos relatórios circunstanciados com os registros das oficinas. Por fim, agradeceu a presença de todos os participantes, em especial o apoio da FETAESC e da CONTAG na mobilização dos representantes locais e deu-se por encerrada a oficina.

ANEXO 1 – FOTOS DA OFICINA



ANEXO 2 – APRESENTAÇÕES

Redução da informalidade por meio do diálogo social

outubro de 2010



PROJETO:



Informalidade e Cidadania no Trabalho: articulação de ações e políticas para o desenvolvimento com inclusão social

*BID/FOMIN – ATN/ME-11684-BR
“Redução da Informalidade de Micro e Pequenas Empresas por
meio do Diálogo Social”*

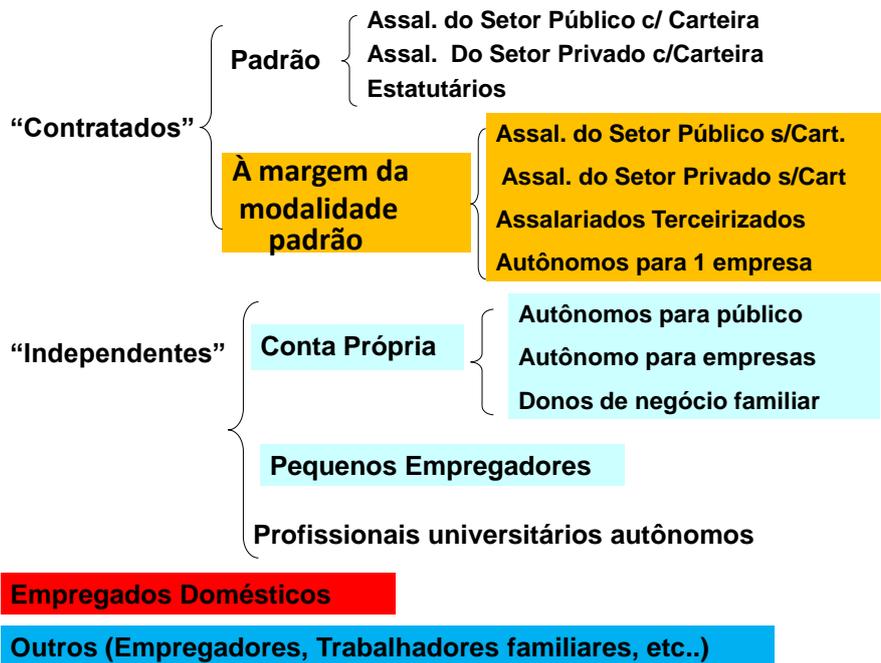
Rede Brasil:

- ANFIP
- BID/FOMIN
- CONTAG
- IPEA
- Ministério do Desenvolvimento Social - MDS
- Ministério da Previdência e Social - MPS
- Ministério do Trabalho e Emprego - MTE
- OIT
- Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência
- SEBRAE
- **Dieese e Centrais Sindicais**

Informalidade:

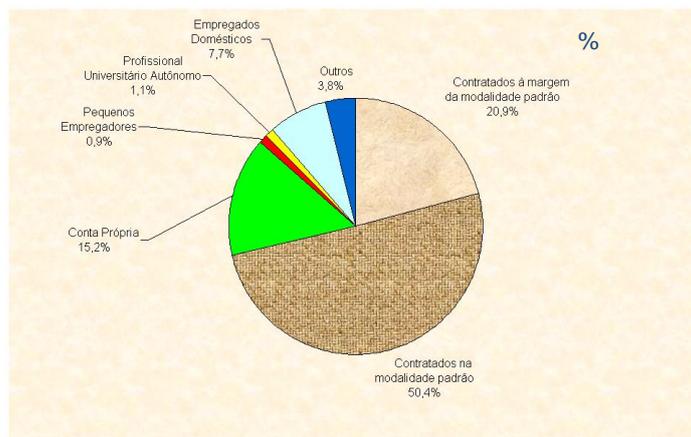
FORMAL:
Assalariados
Contratados na
Modalidade
Padrão

INFORMAL:
Assalariados contratados
à margem da modalidade padrão;
Pequenos Empregadores;
Conta-própria;
Autônomos;
Cooperados;
Trabalhadores em empresas
autogestionárias;
Empregados Domésticos;
...



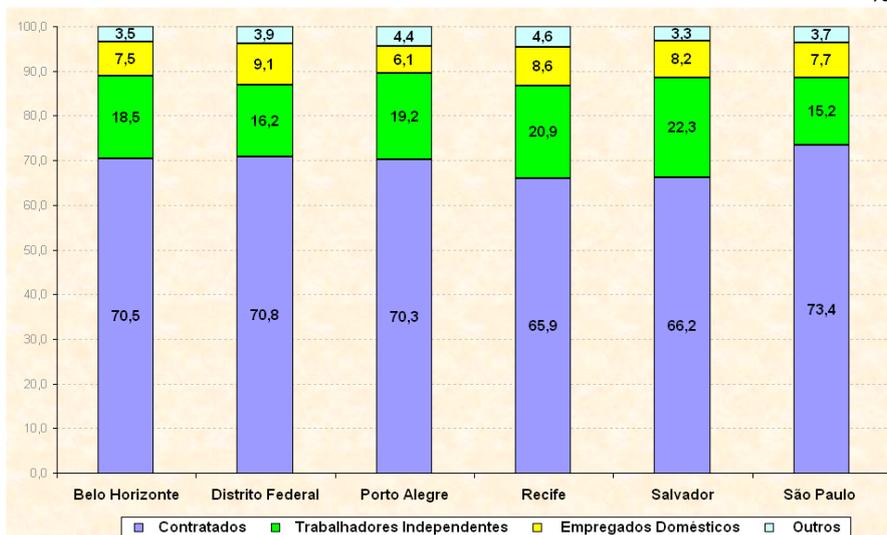
metade dos ocupados nas áreas metropolitanas está na informalidade!

**Distribuição dos ocupados segundo forma de inserção
Total Metropolitano – 2008.**



**Distribuição dos ocupados segundo forma de inserção
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2008.**

%

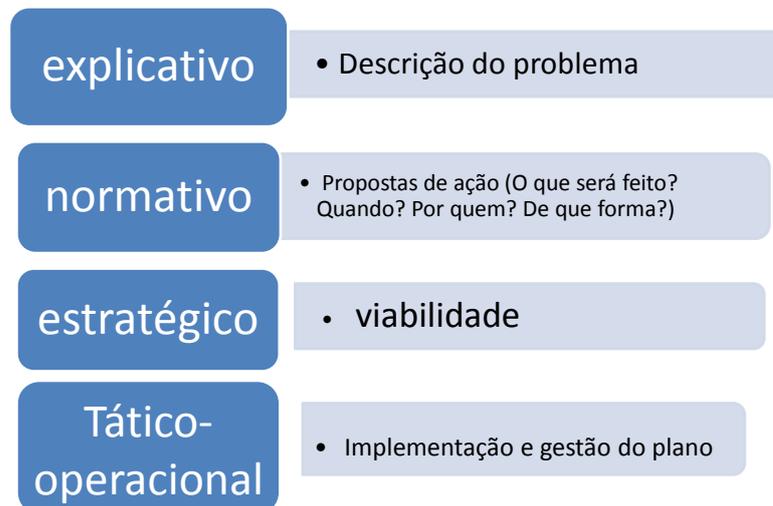


Modelo de intervenção:



“ao garantir a
participação, a cooperação e a negociação,
o diálogo social
favorece a democracia e a participação
social
na definição dos rumos da sociedade”

Processamento dos PROBLEMAS:



DIÁLOGO SOCIAL:

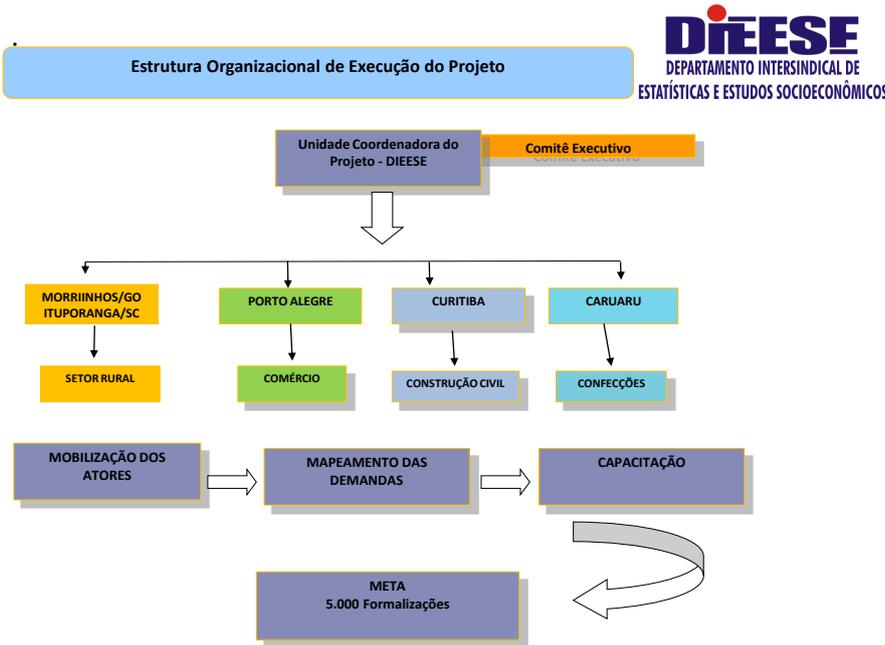
“Diálogo social é o **processo/instrumento/espço** no qual os atores sociais, legitimamente reconhecidos, se reúnem **institucionalmente** para: compartilhar idéias, cooperar, buscar convergências de objetivos ou negociar assuntos de interesse comum”

RESULTADOS dependem de:

- “identificação de problemas
 - objetivos alcançáveis e mensuráveis - metas
 - governabilidade do grupo
- É importantes buscar o equilíbrio entre **demandas sociais; expectativas do grupo e respostas públicas às demandas.**”

Projetos-piloto:

- Comércio
- Construção Civil
- Confeccões
- Setor Rural



OBJETIVO:

“contribuir para a redução da informalidade,
visando a construção de redes locais, nacional e regional,
que possam dar visibilidade ao problema e construir propostas de políticas e ações, por meio do diálogo social.”

Re: Boletim versão final - para mandar

file:///C:/Users/marcelo/Desktop/boletim.html



NESTA EDIÇÃO

- Apresentação do Projeto
- Informe de atividades realizadas.
- Próximos passos

AGENDA
17/08/2010 - 13ª Reunião do Comitê Técnico Nacional.
Local: Ministério da Previdência Social-MPS, Brasília- DF, horário: 14h00 às 17h30.

Saiba mais sobre o Projeto "Redução da Informalidade por Meio do Diálogo Social"

A informalidade é um grave problema no Brasil. Sua resolução requer um esforço persistente de diferentes instituições, tanto do governo como da sociedade, voltado à formulação de ações e políticas consistentes e articuladas.

Integrado a esse movimento recente, o DIEESE e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, assinaram um convênio em outubro de 2009, para desenvolver o Projeto: "Redução da Informalidade por meio do Diálogo Social", mobilizando, a partir daí, os atores sociais para o levantamento e identificação de soluções para o enfrentamento da informalidade nas suas diversas manifestações.

Em decorrência, criou-se o Comitê Técnico-Executivo, com representantes de instituições interessadas em melhorar a qualidade de vida e as condições de trabalho e produção de um expressivo número de trabalhadores, empresas e comunidades que estão na informalidade.

E com o objetivo de promover ações coordenadas que favoreçam a formalização por meio do diálogo social e da articulação de um sistema de redes de organizações locais, nacional e regional (na América Latina), foram selecionados quatro Arranjos Produtivos Locais:

- Confecção em Caruaru/PE;
- Comércio em Porto Alegre/RS;
- Construção Civil em Curitiba/PR e
- Agronegócio em Morrinhos/GO.

Estes pilotos foram selecionados por apresentarem uma elevada incidência de informalidade, capacidade de mobilização social e de resolução de conflitos, além da existência de cooperação interinstitucional. Pretende-se com isso difundir essas experiências em todo o País.



**PROJETO INFORMALIDADE
OFICINA DO PILOTO DE ITUPORANGA-SC**

**MUNICÍPIO DE ITUPORANGA: ALGUNS
INDICADORES DA ECONOMIA E DO MERCADO
DE TRABALHO**

ITUPORANGA, 14 DE OUTUBRO DE 2010

DiESE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS



DIIESE

Formalização do emprego em Santa Catarina

- SC tem o maior número de empregos com carteira assinada por habitante, do Brasil
- Entre os catarinenses, 26% possuem emprego com vínculo através do regime da CLT
- A média nacional entre os estados é de 16,6%

DIIESE

UF	Emprego CLT 2009(*)	Estimativa Populac. (IBGE/2009)	Emprego CLT por habitante (%)
Santa Catarina	1.589.317	6.118.743	26,0
Sao Paulo	10.442.210	41.384.039	25,2
Distrito Federal	605.673	2.606.885	23,2
Parana	2.137.041	10.686.247	20,0
Rio Grande do Sul	2.143.106	10.914.128	19,6
Rio de Janeiro	3.063.073	16.010.429	19,1
Espirito Santo	635.237	3.487.199	18,2
Minas Gerais	3.398.930	20.033.665	17,0
Mato Grosso do Sul	374.800	2.360.498	15,9
Mato Grosso	460.377	3.001.692	15,3
Goiias	852.112	5.926.300	14,4
Rondonia	187.951	1.503.928	12,5
Pernambuco	973.026	8.810.256	11,0
Sergipe	215.480	2.019.679	10,7
Rio Grande do Norte	333.914	3.137.541	10,6
Ceara	884.325	8.547.809	10,3
Amazonas	332.357	3.393.369	9,8
Bahia	1.357.529	14.637.364	9,3
Alagoas	288.585	3.156.108	9,1
Acre	57.182	691.132	8,3
Amapa	51.208	626.609	8,2
Tocantins	104.436	1.292.051	8,1
Paraiba	292.324	3.769.977	7,8
Roraima	31.212	421.499	7,4
Para	534.849	7.431.020	7,2
Piaui	208.810	3.145.325	6,6
Maranhao	310.647	6.367.138	4,9
Total	31.865.711	191.480.630	16,6

Fatores que explicam a alta incidência (em termos relativos) de emprego formal

- Diversificação e equilíbrio econômico entre as regiões
- Estrutura agrária baseada na agricultura familiar
- Distribuição populacional
- Ausência de grandes conglomerados urbanos
- Intervenção sindical forte

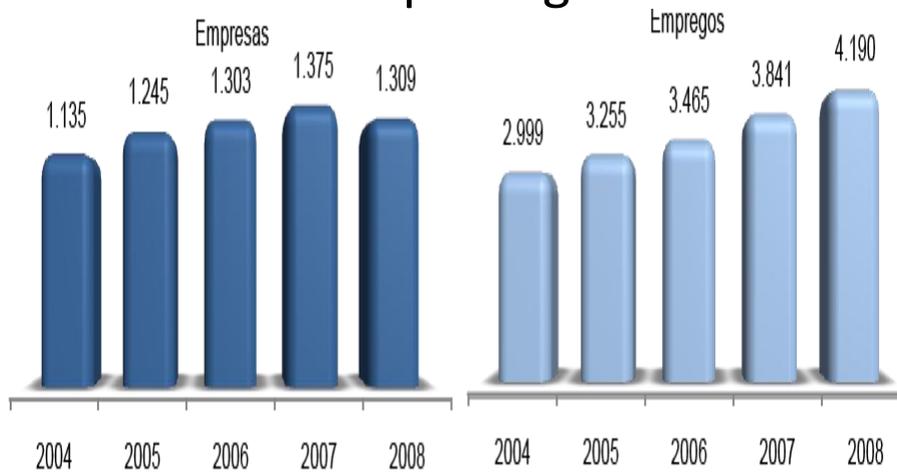
**NÚMERO DE EMPREGO CELETISTA POR HABITANTE
SEGUNDO AS MESORREGIÕES DE SANTA CATARINA**

MESORREGIÕES	Emprego CLT 2009(*)	Estimativa Populac. (IBGE/2009)	Emprego CLT por habitante (%)
Vale do Itajaí	431.075	1.439.792	29,9
Grande Florianópolis	282.111	960.660	29,4
Norte Catarinense	324.049	1.187.158	27,3
Oeste Catarinense	278.781	1.198.990	23,3
Sul Catarinense	205.178	910.933	22,5
Serrana	68.123	421.210	16,2
Total	1.589.317	6.118.743	26,0



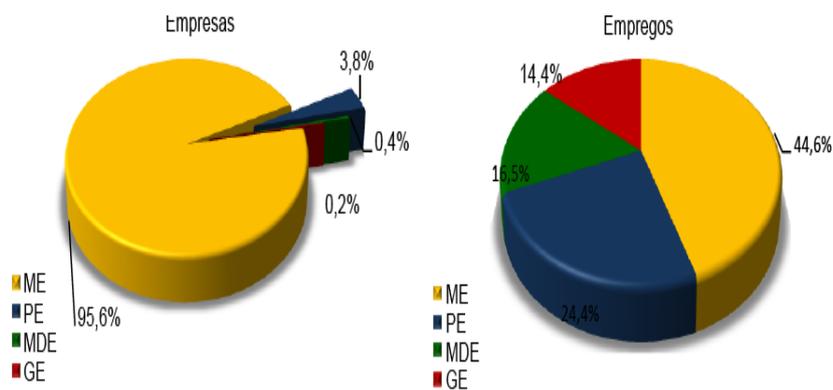
MICRORREGIÕES	Emprego CLT 2009(*)	Estimativa Populac. (IBGE/2009)	Emprego CLT por habitante (%)
Blumenau	238.832	654.453	36,5
Joinville	255.828	806.809	31,7
Florianópolis	258.543	848.224	30,5
Joacaba	88.434	322.199	27,4
Criciúma	96.352	362.890	26,6
Rio do Sul	53.158	203.485	26,1
Sao Bento do Sul	34.180	132.860	25,7
Itajaí	130.746	526.375	24,8
Concordia	35.551	145.067	24,5
Chapeco	98.475	402.987	24,4
Tijucas	21.455	88.225	24,3
Tubarao	80.434	372.145	21,6
Xanxere	28.412	151.240	18,8
Campos de Lages	48.440	299.345	16,2
Curitibanos	19.683	121.865	16,2
Ararangua	28.392	175.898	16,1
Sao Miguel Doeste	27.909	177.497	15,7

Empresas e empregos formais em Ituporanga



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). **DIIESE**

Participação relativa das empresas e empregos formais em Ituporanga

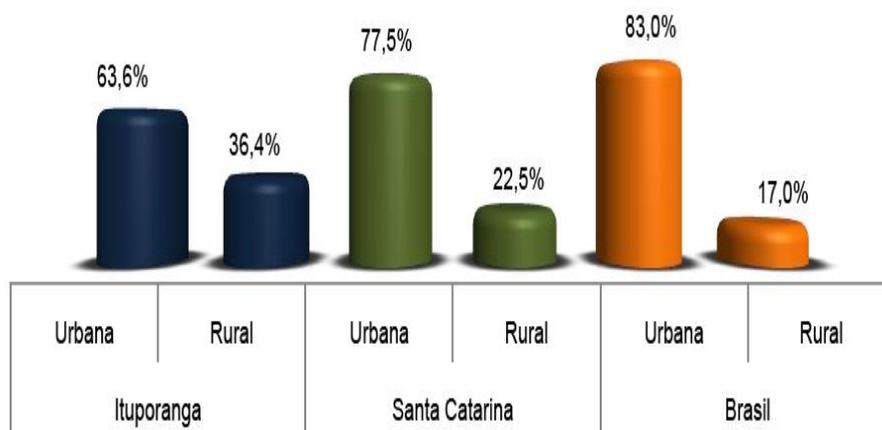


Fonte: Resultados elaborados pelo SEBRAE/SC com base em dados do MTE - apoiados na Relação Anual de Informações Sociais.

Nota: Portes - microempresa (ME), pequena empresa (PE), média empresa (MDE), e grande empresa (GE).

DIIESE

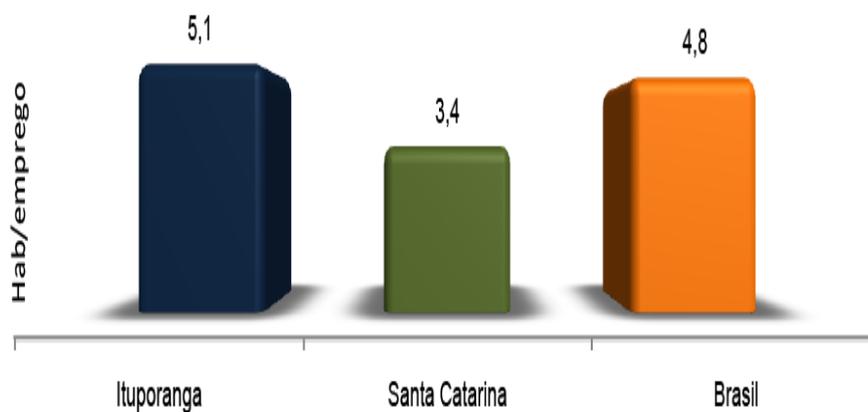
Participação relativa da população por situação de domicílio



Fonte: IBGE, Diretoria de Estatística, Geografia e Cartografia, Contagem Populacional 2007.

DIIESE

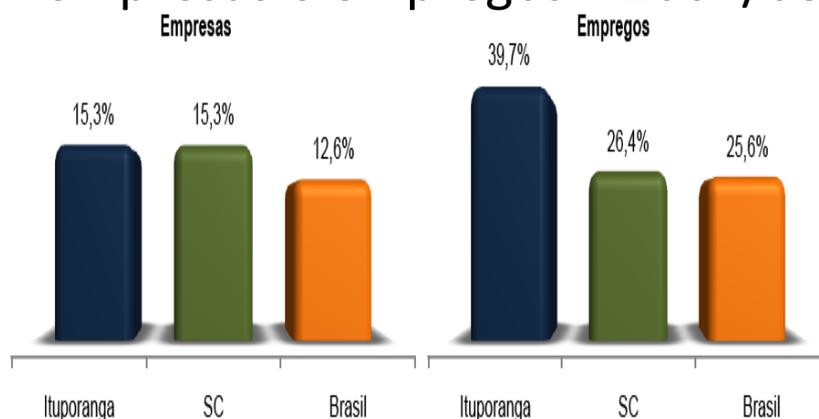
Relação habitante/emprego formal



Fonte: Resultados elaborados pelo SEBRAE/SC com base em dados do MTE - apoiados na Relação Anual de Informações Sociais e nas estimativas populacionais do IBGE de 2008.

DIIESE

Taxa acumulada de criação de empresas e empregos – 2004/08



Fonte: Resultados elaborados pelo SEBRAE/SC com base em dados do MTE - apoiados na Relação Anual de Informações Sociais.



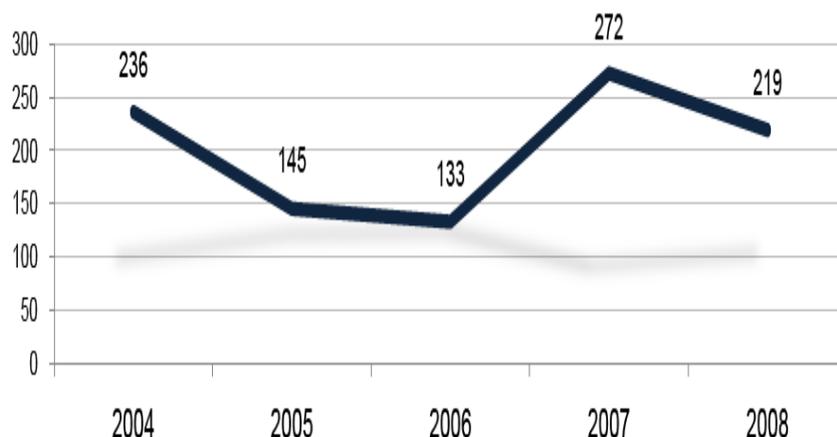
Estimativas de empresas para o setor informal no Brasil, no estado e Ituporanga

Setores de atividade	Empresas do setor informal - 2003		Empresas do setor formal - MTE - RAIS/CAGED 2003		Empresas informais em relação ao nº de empresas formais		Empresas Formais - 2003 Ituporanga
	SC	Brasil	SC	Brasil	SC	Brasil	
Indústria - exceto serviços industriais de utilidade pública	46.289	1.630.580	43.037	551.581	1,1	3,0	129
Construção civil	56.978	1.808.840	9.371	180.777	6,1	10,0	60
Comércio	75.344	3.403.804	126.220	2.736.760	0,6	1,2	538
Serviços - exceto administração pública	77.307	3.370.881	122.521	2.291.863	0,6	1,5	346
Total	255.918	10.214.105	301.149	5.760.981	0,85	1,77	1.073

Fonte: IBGE, Economia Informal Urbana (Ecinf) 2003.



Saldo de admissões em Ituporanga



Fonte: MTE, Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).



Saldo de admissões e demissões por segmento em 2008

Seção de Atividade Econômica, segundo classificação CNAE - versão 2.0	Ituporanga	Santa Catarina	Brasil
Seção A - Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	6	97	17.443
Seção B - Indústrias extrativas	-	1.020	11.101
Seção C - Indústrias de transformação	38	13.826	155.155
Seção D - Eletricidade e gás	-	6	1.223
Seção E - Água, esgoto, ativ. de gestão de resíduos e descontaminação	-1	503	8.293
Seção F - Construção	30	10.033	211.519
Seção G - Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	88	20.568	399.995
Seção H - Transporte, armazenagem e correio	2	6.133	102.156
Seção I - Alojamento e alimentação	11	958	63.666
Seção J - Informação e comunicação	3	1.468	41.882
Seção K - Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	-1	1.349	30.850
Seção L - Atividades imobiliárias	-	440	6.139
Seção M - Atividades profissionais, científicas e técnicas	-1	2.215	63.761
Seção N - Atividades administrativas e serviços complementares	15	8.221	180.981
Seção O - Administração pública, defesa e seguridade social	-	1.924	9.829
Seção P - Educação	8	2.578	37.828
Seção Q - Saúde humana e serviços sociais	17	2.586	76.970
Seção R - Artes, cultura, esporte e recreação	-1	56	5.335
Seção S - Outras atividades de serviços	4	-102	28.216
Seção T - Serviços domésticos	1	28	-152
Seção U - Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	-	-1	11
Total	219	73.906	1.452.201

Fonte: MTE, Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

Salários de ocupação médios em 2008

SEC CNAE 20 - Seção de Atividade Econômica, segundo classificação CNAE - versão 2.1	Ituporanga (R\$)	2008	
		Santa Catarina (R\$)	Brasil (R\$)
Seção A - Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	715,89	796,21	766,52
Seção B - Indústrias extrativas	-	1.717,87	4.194,26
Seção C - Indústrias de transformação	836,24	1.154,34	1.467,01
Seção D - Eletricidade e gás	-	5.633,23	4.511,42
Seção E - Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	1.551,90	1.426,50	1.693,23
Seção F - Construção	620,02	931,18	1.140,29
Seção G - Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	756,86	914,70	935,04
Seção H - Transporte, armazenagem e correio	829,18	1.157,64	1.311,52
Seção I - Alojamento e alimentação	538,20	682,37	680,66
Seção J - Informação e comunicação	705,41	1.470,28	2.316,51
Seção K - Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	3.003,11	2.803,45	3.550,60
Seção L - Atividades imobiliárias	440,84	919,76	1.127,16
Seção M - Atividades profissionais, científicas e técnicas	1.793,41	1.377,80	1.861,82
Seção N - Atividades administrativas e serviços complementares	692,61	870,98	879,91
Seção O - Administração pública, defesa e seguridade social	1.119,09	2.137,42	2.011,41
Seção P - Educação	691,93	2.036,05	1.895,88
Seção Q - Saúde humana e serviços sociais	988,28	1.109,22	1.265,81
Seção R - Artes, cultura, esporte e recreação	430,57	871,13	1.028,43
Seção S - Outras atividades de serviços	642,78	952,08	1.037,37
Seção T - Serviços domésticos	551,68	509,91	528,99
Seção U - Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	-	2.190,22	2.361,92
Média Salarial	869,40	1.253,73	1.436,70

Fonte: MTE, Relação Anual de Informações Sociais.

Tabela 4.18 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por contribuição para instituto de previdência no trabalho principal, segundo o sexo e os agrupamentos de atividade do trabalho principal - Santa Catarina - 2009

Sexo e agrupamentos de atividade do trabalho principal	Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência (1 000 pessoas)		
	Total	Contribuição para instituto de previdência no trabalho principal	
		Contribuintes	Não contribuintes
Total	3 421	2 382	1 039
Agrícola	583	224	358 61,5%
Indústria	764	641	122
Indústria de transformação	744	623	121
Construção	216	104	112
Comércio e reparação	645	504	141
Alojamento e alimentação	94	66	29
Transporte, armazenagem e comunicação	143	118	25
Administração pública	143	132	11
Educação, saúde e serviços sociais	281	245	35
Serviços domésticos	168	75	94
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	135	73	61
Outras atividades	247	197	50
Atividades maldefinidas	2	2	1

Tabela 4.23 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação no trabalho principal, segundo o sexo e os grupamentos de atividade do trabalho principal - Santa Catarina - 2009

Sexo e grupamentos de atividade do trabalho principal	Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência (1 000 pessoas)							
	Total	Posição na ocupação no trabalho principal						
		Empregados	Trabalhadores domésticos	Conta própria	Empregadores	Não remunerados	Trabalhadores na produção para o próprio consumo	Trabalhadores na construção para o próprio uso
Total	3 421	2 112	168	591	225	215	107	3
Agrícola	583	113	-	177	20	167	107	-
Indústria	764	651	-	62	46	4	-	-
Indústria de transformação	744	632	-	61	46	4	-	-
Construção	216	97	-	92	20	4	-	3
Comércio e reparação	645	430	-	117	76	22	-	-
Alojamento e alimentação	94	70	-	13	10	1	-	-
Transporte, armazenagem e comunicação	143	104	-	32	6	-	-	-
Administração pública	143	141	-	-	-	2	-	-
Educação, saúde e serviços sociais	281	248	-	14	14	4	-	-
Serviços domésticos	168	-	168	-	-	-	-	-
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	135	73	-	42	13	7	-	-
Outras atividades	247	181	-	41	20	4	-	-
Atividades maldefinidas	2	1	-	1	-	-	-	-

Efeitos da Lei complementar 459/06 (que instituiu pisos estaduais)

- Em 2010 estas médias devem melhorar em SC, em decorrência da lei que instituiu os pisos a partir de janeiro
- Os efeitos do piso estadual nas cidades de renda menor tendem a ser maiores
- O movimento sindical catarinense ganhou o segundo round da briga pelo piso, isto é, a negociação dos pisos nos acordos e convenções em 2010

Efeitos da Lei complementar 459/06 (que instituiu pisos estaduais)

- Em 2008, o valor médio do piso dos rurais em Santa Catarina era de R\$ 461,97 e a lei estabelece um piso para o setor, de R\$ 587,00.
- Isto representa 27% de aumento, bastante acima da inflação do período.



Valor adicionado fiscal em Ituporanga – grupos de atividades mais representativas 2007

Grupos de atividades econômicas - versão CNAE 2.0	2005	2006	2007	Partic. VAF 2007	Evolução 2005/2007
GRUPO 462 - Comércio atacadista de matérias primas agrícolas e animais vivos	17.044.593	42.468.249	34.480.424	21,1%	102,3%
GRUPO 122 - Fabricação de produtos do fumo	23.587.761	17.427.987	19.266.385	11,8%	-18,3%
GRUPO 841 - Administração do estado e da política econômica e social	-	25.961.990	11.317.842	6,9%	0,0%
GRUPO 351 - Geração, transmissão e distribuição de energia elétrica	598.760	7.498.843	7.574.735	4,6%	1165,1%
GRUPO 172 - Fabricação de papel, cartolina e papel cartão	7.135.994	6.703.880	6.925.541	4,2%	-2,9%
GRUPO 471 - Comércio varejista não especializado	5.518.085	5.805.413	6.867.610	4,2%	24,5%
GRUPO 463 - Comércio atacadista especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo	998.847	2.851.787	5.766.105	3,5%	477,3%
GRUPO 611 - Telecomunicações por fio	4.626.495	4.542.658	5.269.136	3,2%	13,9%
GRUPO 473 - Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores	3.772.224	4.204.622	4.555.465	2,8%	20,8%
GRUPO 478 - Comércio varejista de produtos novos não especificados anteriormente e de produtos usados	3.550.805	3.113.367	4.485.002	2,7%	26,3%
GRUPO 101 - Abate e fabricação de produtos de carne	4.917.570	4.004.658	4.329.613	2,6%	-12,0%
GRUPO 251 - Fabricação de estruturas metálicas e obras de caldeiraria pesada	6.451.509	8.777.709	4.055.359	2,5%	-37,1%
GRUPO 475 - Comércio varejista de equipamentos de informática e comunicação; equipamentos e artigos	3.321.029	3.515.476	3.910.286	2,4%	17,7%
GRUPO 141 - Confecção de artigos do vestuário e acessórios	4.774.196	4.765.844	3.289.900	2,0%	-31,1%
GRUPO 612 - Telecomunicações sem fio	1.368.928	2.437.406	3.075.585	1,9%	124,7%
GRUPO 474 - Comércio varejista de material de construção	1.701.897	1.444.588	2.386.635	1,5%	40,2%
GRUPO 521 - Armazenamento, carga e descarga	1.283.172	1.245.609	2.354.511	1,4%	83,5%
GRUPO 477 - Comércio varejista de produtos farmacêuticos, perfumaria e cosméticos e artigos médicos	1.427.652	1.460.199	1.576.091	1,0%	10,4%
GRUPO 469 - Comércio atacadista não especializado	589.270	694.359	1.452.843	0,9%	146,5%
GRUPO 466 - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos, exceto de tecnologias de informação	2.046.666	1.813.217	1.383.979	0,8%	-32,4%
Demais atividades	55.553.463	19.824.977	29.221.302	17,9%	-47,4%

Fonte: Governo do Estado de Santa Catarina, Secretaria de Estado da Fazenda, Valor Adicionado Fiscal, Índice de Participação dos municípios no produto da arrecadação do ICMS.

Cenário Econômico de 2010

- Inflação medida pelo INPC-IBGE no 1º semestre de 2010 foi a menor dos últimos três anos
- Em 2010, a média da inflação acumulada em 12 meses para cada data-base do primeiro semestre foi de 4,89%
- Em 2008 e 2009 as médias foram, respectivamente, 5,67% e 6,06%



Cenário econômico 2010

- Retomada do crescimento econômico, com destaque para a vigorosa recuperação do setor industrial no I semestre
- Crescimento da criação de empregos formais, redução do desemprego, segundo a PED
- Queda no número de assalariados sem carteira de trabalho



Cenário econômico

- Maior número de negociações com reajustes iguais ou acima do INPC, no primeiro semestre, na comparação com 2008 e 2009
- Maior número de negociações com aumento real no mesmo período
- Maior incidência de reajustes salariais com ganhos reais 3% acima do INPC-IBGE



Cenários econômicos 2010

- A proporção dos aumentos reais em percentuais próximos do INPC-IBGE continua elevada
- Aproximadamente 63% dos reajustes em 2010 resultaram em ganhos reais de até 2% acima da inflação
- Nos dois anos anteriores foi pouco diferente: 65% dos reajustes em 2008 e 64% dos reajustes em 2009 obtiveram aumentos reais equivalentes



Cenários econômicos

- Os reajustes abaixo do INPC se localizaram na faixa mais próxima do índice (0,01 a 1% abaixo do INPC)
- No acumulado dos três anos (2008-2010), 89% das negociações acompanhadas obtiveram ganhos acima do índice inflacionário, 3% se igualaram ao índice e 8% ficaram abaixo

